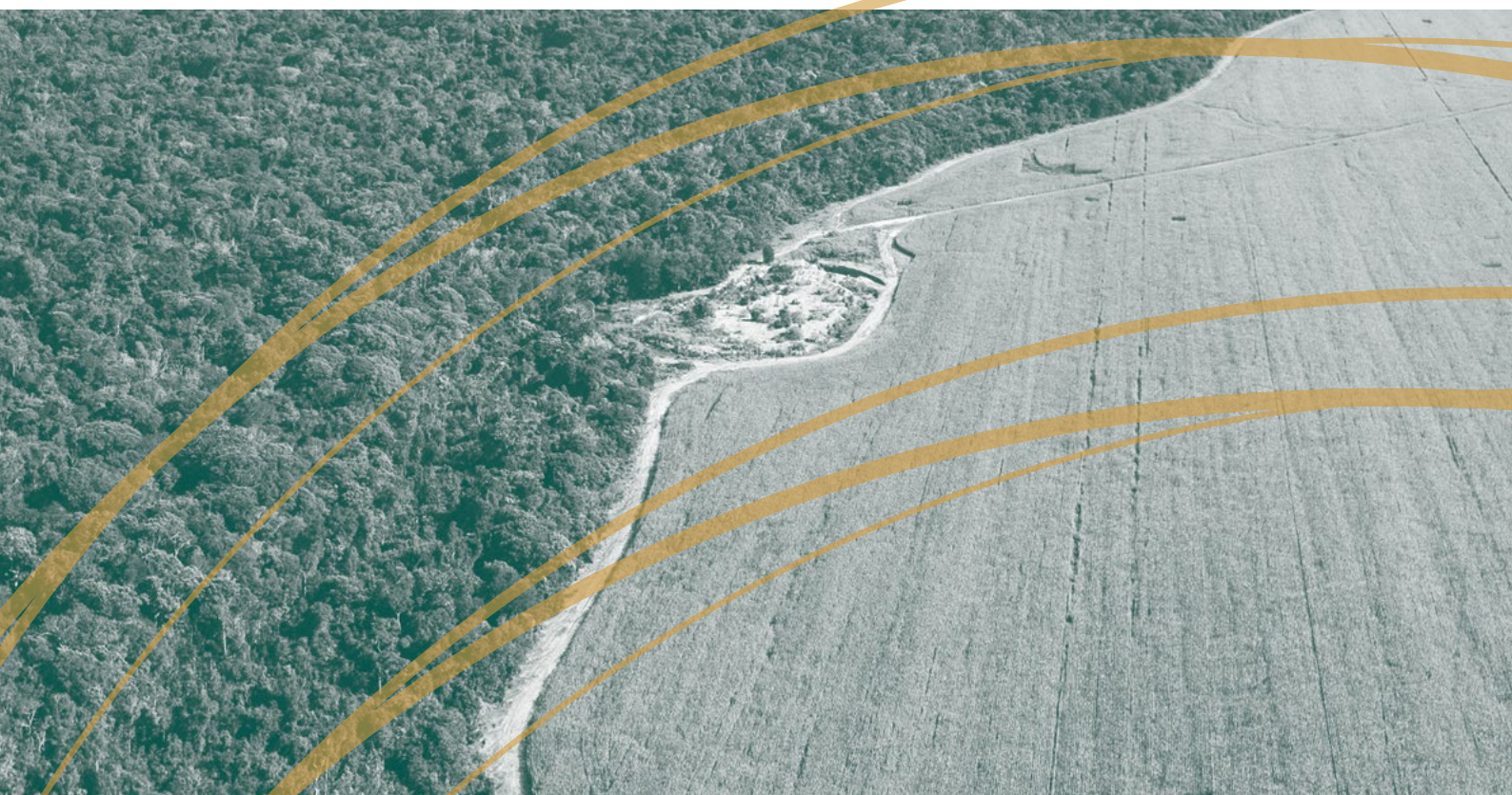




Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023

**Incertezas na medição da
evolução das Mortes Violentas
Intencionais no Brasil:
desafios metodológicos e
dilemas de políticas públicas**





Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023

Informação para
gerar transformação

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Cássio Thyone A. de Rosa – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Juliana Lemes da Cruz

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Roberto Uchôa

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Pesquisadores Sêniores

Aiala Couto

Juliana Brandão

Rodrigo Chagas

Equipe Técnica

Betina Barros

Marina Bohnenberger

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca

Talita Nascimento

Thaís Carvalho

Consultor

Cauê Martins

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

FICHA TÉCNICA

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023

COORDENAÇÃO

Samira Bueno
Renato Sérgio de Lima

ANÁLISES E TEXTOS

Amanda Lagreca
Betina Warmling Barros
Cauê Martins
David Marques
Dennis Pacheco
Isabela Sobral
Jeferson Furlan Nazário
Juliana Brandão
Juliana Martins
Juliana Lemes
Luciana Temer
Marina Bohnenberger
Paulo Jannuzzi
Renato Sérgio de Lima
Roberto Uchôa
Samira Bueno
Sofia Reinach
Talita Nascimento
Thais Carvalho
Ursula Dias Peres

CONSULTORIA ESTATÍSTICA E DE DADOS

Fernando Corrêa
Paulo Januzzi

PARCERIAS

FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transporte de Valores
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Analítica Comunicação Corporativa
analitica@analitica.inf.br
(11) 2579-5520

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br



Como citar:

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Incertezas na medição da evolução das Mortes Violentas Intencionais no Brasil: desafios metodológicos e dilemas de políticas públicas. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 24-37, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: - .

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.



Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor

ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Patrocínios e apoios

Edição 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Fundação Ford
Open Society Foundations – OSF
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
FENAVIST - Federação Nacional das
Empresas de Segurança e
Transporte de Valores

Incertezas na medição da evolução das Mortes Violentas Intencionais no Brasil: desafios metodológicos e dilemas de políticas públicas

Em 2022, o Brasil registrou 47.508 mortes violentas intencionais (MVI), categoria criada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que agrega as vítimas de homicídio doloso (incluindo feminicídios e policiais assassinados), roubos seguidos de morte, lesão corporal seguida de morte e as mortes decorrentes de intervenções policiais. Esse número só é maior daquele observado em 2011, primeiro ano da série histórica monitorada pelo FBSP. Em termos relativos, a taxa de mortalidade ficou em 23,4 por grupo de 100 mil habitantes, recuo de 2,4% em relação ao ano de 2021. Mesmo significando uma redução de ritmo em relação aos anos entre 2018 e 2021, essa pequena queda é positiva e precisa ser realçada. Todavia, ela também revela, como veremos na sequência, tensões, limites metodológicos e problemas que devem ser destacados, sob o risco de a sociedade brasileira ser induzida a acreditar na ideia de que o país resolveu seu dilema civilizatório e agora é uma nação mais segura. Estamos longe disso. Ainda somos uma nação violenta e profundamente marcada pelas diferenças raciais, de gênero, geracionais e regionais que caracterizam quem são e onde vivem as vítimas da violência letal.

A tabela abaixo apresenta a variação das taxas de MVI no período mais recente, por região. A análise da distribuição das mortes indica um quadro bastante heterogêneo no contexto nacional. Nas regiões Sul e Centro-oeste a violência letal cresceu, respectivamente, 3,4% e 0,8%. O Sudeste apresentou redução de 2% e as regiões Norte e Nordeste, que viveram períodos agudos de crescimento da violência letal na década passada, foram capazes de reagir e apresentaram reduções importantes. No Norte, a redução foi de 2,7% e, no Nordeste, chegou a 4,5% de queda. Apenas na região Nordeste, cerca de 889 vidas foram poupadas, o que forçou a redução da violência letal nacionalmente. Apesar do resultado positivo, as duas regiões ainda convivem com taxas muito elevadas de violência letal, conforme tabela abaixo.

Samira Bueno

Diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Renato Sérgio de Lima

Diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e professor da FGV EAESP.

QUADRO 01**Número absoluto e taxa de MVI***Brasil e regiões, 2021-2022*

Brasil e Regiões	Número Absoluto		Taxa		Variação (%)
	2021	2022	2021	2022	
Brasil	48.431	47.508	24,0	23,4	-2,4
Centro-Oeste	3.614	3.685	22,4	22,6	0,8
Norte	6.462	6.333	37,5	36,5	-2,7
Nordeste	21.011	20.122	38,5	36,8	-4,5
Sul	5.223	5.438	17,6	18,2	3,4
Sudeste	12.121	11.930	14,3	14,1	-2,0

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil de Minas Gerais; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre (NAT/MPAC); Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na escala subnacional, o estado mais violento do país¹ em 2022 foi o Amapá, com taxa de MVI de 50,6 por 100 mil habitantes, mais do que o dobro da média nacional. O segundo estado mais letal foi a Bahia, com taxa de 47,1 por 100 mil e, na terceira posição, temos o Amazonas, com taxa de 38,8 por 100 mil. No outro extremo, as unidades da federação com as menores taxas de violência letal foram São Paulo, com 8,4 mortes por 100 mil habitantes, Santa Catarina, com 9,1 por 100 mil e o Distrito Federal, com taxa de 11,3. Ao todo, 20 estados registraram taxas de MVI acima da média nacional.

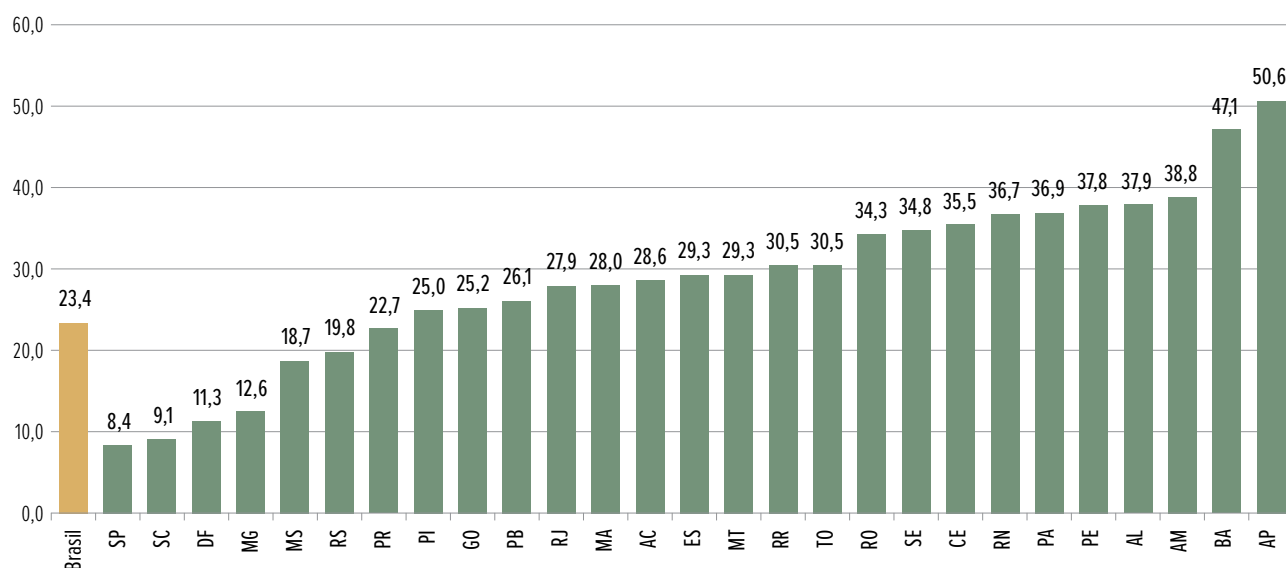
Na escala subnacional, o estado mais violento do país em 2022 foi o Amapá, com taxa de MVI de 50,6 por 100 mil habitantes, mais do que o dobro da média nacional. O segundo estado mais letal foi a Bahia, com taxa de 47,1 por 100 mil e, na terceira posição, temos o Amazonas, com taxa de 38,8 por 100 mil.

¹ Ao contrário do que o senso comum muitas vezes nos faz crer, a mensuração da violência entre diferentes unidades de análise, ainda mais quando possuem tamanhos ou populações muito diferentes entre si, exige que os números absolutos dos fenômenos que estão sendo observados sejam ponderados por um denominador padronizado. No caso de mortes violentas, esse denominador é a população de cada unidade considerada, já que estamos diante de um fenômeno que envolve o indivíduo. Já no caso de furtos de veículo, por exemplo, o denominador padrão é a frota de veículos de cada unidade considerada. Ou seja, a utilização de denominadores padronizados permite a comparação de grupos, em geral com 100 mil fenômenos observados. Isso não significa o não reconhecimento de situações de violência extrema em locais e regiões específicas. Mas, ponderadas com a população residente, tais situações podem não ter a capacidade de influenciar a tendência como um todo.

GRÁFICO 01

Taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI)

UFs, 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil de Minas Gerais; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre (NAT/MPAC); Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em outra abordagem, o gráfico 2 traz a série histórica de Mortes Violentas Intencionais² que o FBSP produziu ao longo dos anos. Os dados começam em 2011 pois é quando passamos a monitorar as mortes por intervenções policiais. A partir de 2015 os dados de homicídio incluem também os feminicídios. Os valores do gráfico estão em número absoluto de ocorrências, em função de limitações temporárias identificadas nas projeções das estimativas populacionais do período 2011-2021 a partir da divulgação do Censo 2022, e que serão detalhadas ao final deste texto. Assim sendo, o gráfico 2 demonstra o crescimento dos homicídios ao longo da década de 2010 até chegar ao recorde no ano de 2017, quando ao menos 64 mil pessoas foram vítimas de MVI segundo os registros policiais.

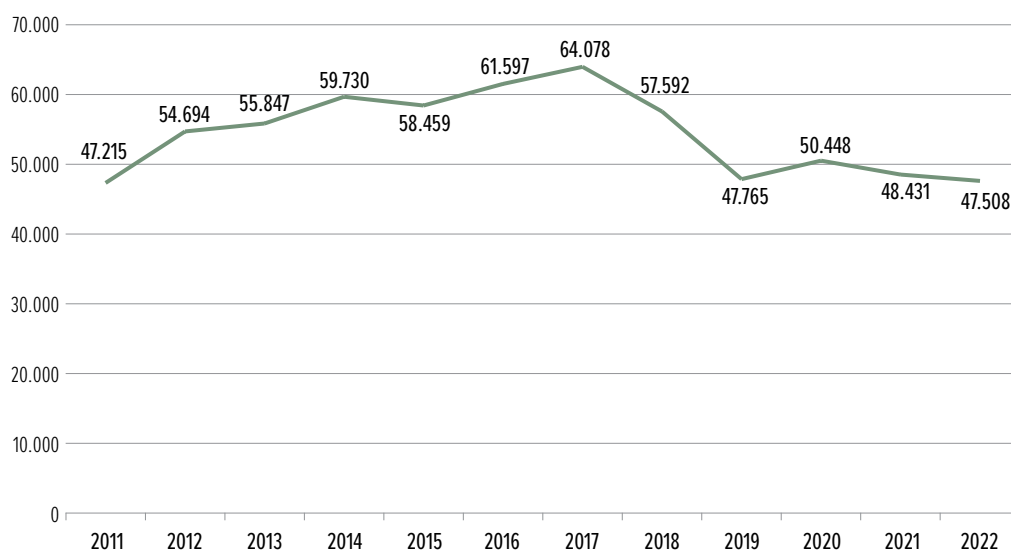
As causas para a explosão de violência verificada a partir de 2016 já foram tratadas em outras edições deste Anuário (FBSP, 2022³; FBSP, 2021⁴), mas, em linhas gerais, tem relação direta com o racha entre as duas maiores organizações criminosas do país, o PCC e o Comando Vermelho. Ambas têm origem no Sudeste, mas ao longo dos anos 2000 foram expandindo seus domínios para outras regiões e buscando parcerias com organizações criminosas locais que também atuavam com o narcotráfico. O PCC, especificamente, acelerou este projeto entre 2012 e 2018, com cerca de 18 mil novos batismos no período, a maioria fora de São Paulo, o que desencadeou o racha com o Comando Vermelho (Manso, Dias, 2018⁵).

² Os dados foram apresentados em números absolutos devido a divulgação recente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Censo 2022, que indicou redução na população brasileira em relação às projeções e estimativas divulgadas anteriormente. Aguardaremos a atualização das estimativas populacionais para o intervalo entre 2011 e 2021 para atualizar as taxas da série histórica de indicadores criminais divulgados pelo FBSP.

³ FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022.

⁴ FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 15, 2021.

⁵ MANSO, B. P.; DIAS, C. C. N.. A Guerra: A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil. São Paulo, Todavia, 2018.

GRÁFICO 02**Mortes Violentas Intencionais**
Brasil, 2011 a 2022

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A partir de 2015 iniciam-se uma série de reações, ainda locais, para frear a expansão do PCC em território nacional, mas a execução do traficante Jorge Rafaaf, atuante na fronteira entre Brasil e Paraguai, foi o ponto de virada que escalonou o conflito. Com o assassinato de Rafaaf, o PCC passou a dominar a região, muito estratégica para a produção em larga escala de maconha, mas também operando como *hub* para o preparo da cocaína produzida nos países andinos, que é trazida para o Brasil para consumo interno, mas também exportada para os países da Europa e da África. Hoje o PCC é a maior facção criminosa do país, conta com ao menos 35 mil integrantes, sofisticados métodos de lavagem de dinheiro e se conecta com organizações criminosas em todo o mundo, tal como a máfia italiana 'Ndrangheta (Adorno, Muniz, 2022⁶).

VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA

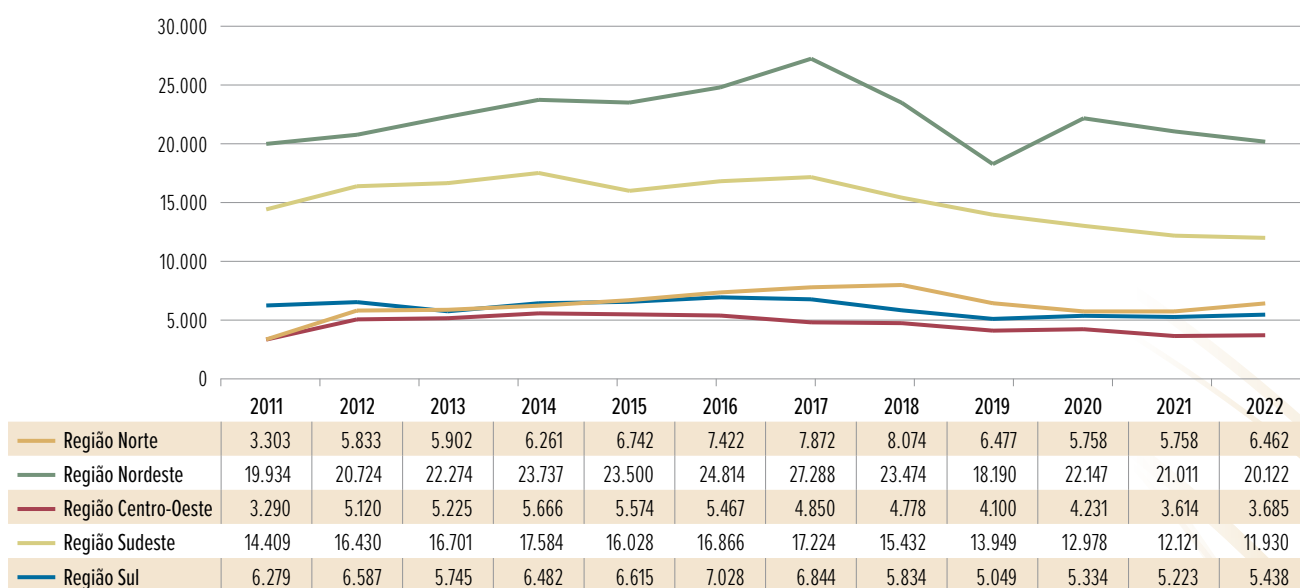
Após a morte de Rafaaf a guerra entre PCC e CV explodiu, gerando conflitos no sistema prisional de vários estados e muitas mortes nas ruas, o que explica o crescimento agudo da violência nos anos de 2016 e 2017. Em meados dos anos das 2010, as duas facções passam a explorar cada vez mais as alianças firmadas no sistema prisional de estados da região amazônica, o que transferiu estes conflitos para territórios da região e permitiu a associação de grupos do narcotráfico a lideranças de outros ilícitos, como madeireiros e garimpeiros.

⁶ ADORNO, L.; MUNIZ, T.. As 53 facções criminosas brasileiras in Anuário Brasileiro de Segurança Pública: Especial Eleições 2022. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

Não é à toa, a região norte passa de uma média de 3.300 MVI em 2011 para cerca de 8.000 em 2018 e continua com número de mortes violentas intencionais bem superiores à média nacional. A região, muito estratégica pela proximidade com os principais produtores de cocaína do mundo (Bolívia, Peru e Colômbia), mas também pela difícil fiscalização no território, permeado de rios e florestas, passou a ser disputada por diferentes grupos criminosos. Isso resultou no aliciamento de indígenas, quilombolas e ribeirinhos para o narcotráfico e no crescimento exponencial da violência nos territórios da floresta.

GRÁFICO 03

Mortes Violentas Intencionais no Brasil
Por região, 2011 a 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Pelo menos dois fatores parecem contribuir diretamente para o crescimento da violência letal na região da Amazônia Legal: a intensa presença de facções do crime organizado e de disputas entre elas pelas rotas nacionais e transnacionais de drogas que cruzam a região; e o avanço do desmatamento, garimpos ilegais e a intensificação de conflitos fundiários, que resulta também no crescimento da violência letal.

Os gráficos 1 e 4 reforçam esse cenário ao mostrar que todos os nove estados que compõem a Amazônia Legal continuam a possuir, em 2022, taxas de MVI bem superiores à média nacional, bem como observam que a taxa de violência letal nos municípios que compõem a Amazônia legal é 44% superior à média brasileira. Enquanto no Brasil a taxa foi de 23,4 por 100 mil habitantes em 2022, na Amazônia chegou a 33,8 por 100 mil. Segundo outros estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁷, a violência na Amazônia está

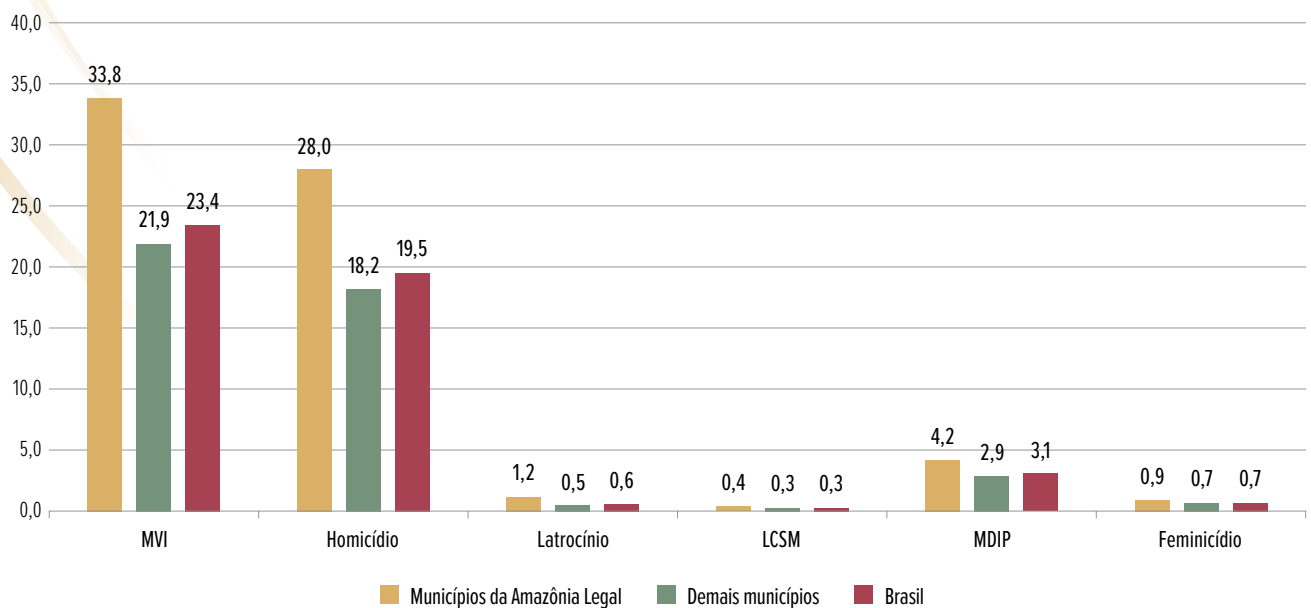
7 https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal/

associada a violência do narcotráfico e das disputas entre as facções de base prisional; a intensificação dos conflitos fundiários com o avanço do desmatamento; e da exploração ilegal de recursos naturais.

Mas não só, a violência da região correlaciona-se com o fato de que as capacidades institucionais das agências encarregadas de aplicar lei e segurança pública são insuficientes e/ou frágeis. Ou seja, na Amazônia, o eixo que estrutura a realidade da segurança pública é aquele que alia a sobreposição de crimes ambientais, violência armada e narcotráfico à difícil tarefa de prover segurança em um contexto de governança complexa e difusa. O FBSP tem defendido que, na Amazônia, outros arranjos federativos e de cooperação na prevenção e enfrentamento de crimes e violências sejam desenhados. A atual estrutura estatal não é capaz de, sozinha, dar conta desse enorme desafio.

GRÁFICO 04

Distribuição das Mortes Violentas Intencionais por Tipo e Localização



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

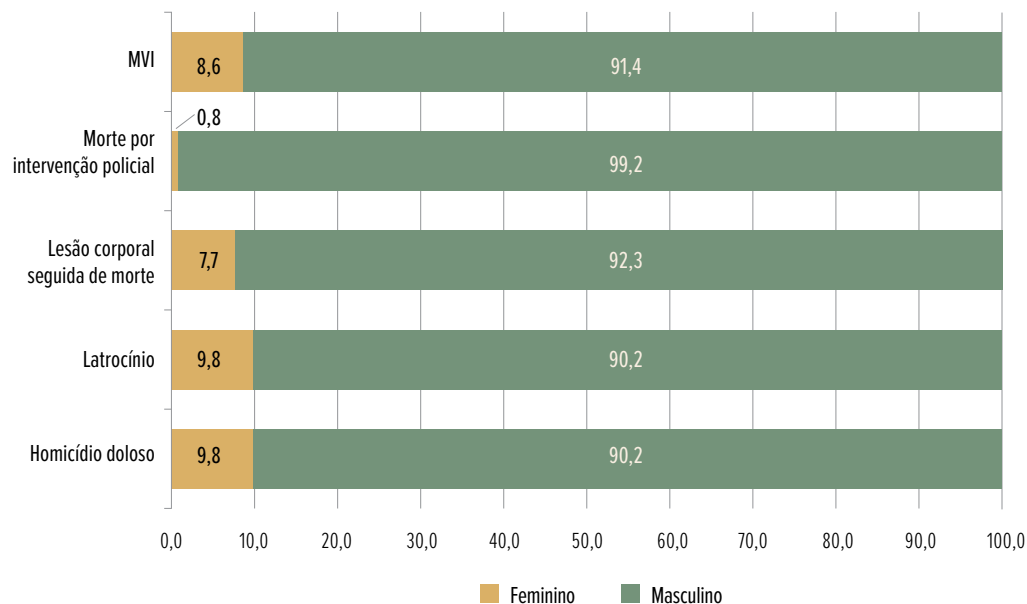
O FBSP tem defendido que, na Amazônia, outros arranjos federativos e de cooperação na prevenção e enfrentamento de crimes e violências sejam desenhados. A atual estrutura estatal não é capaz de, sozinha, dar conta desse enorme desafio.

PERFIL DAS VÍTIMAS DAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

O perfil das vítimas de mortes violentas intencionais não se altera significativamente de um ano para o outro e segue um padrão mais de longa duração. Com aumento ou redução nos estados, o perfil das vítimas se mantém muito parecido nas últimas edições do Anuário. Em média, 91,4% das mortes violentas intencionais vitimam homens, enquanto 8,6% vitimam mulheres. Este percentual varia de acordo com a ocorrência: entre os mortos em intervenções policiais, 99,2% das vítimas eram do sexo masculino.

GRÁFICO 05

Distribuição das MVI por Sexo e Categoria de Registro



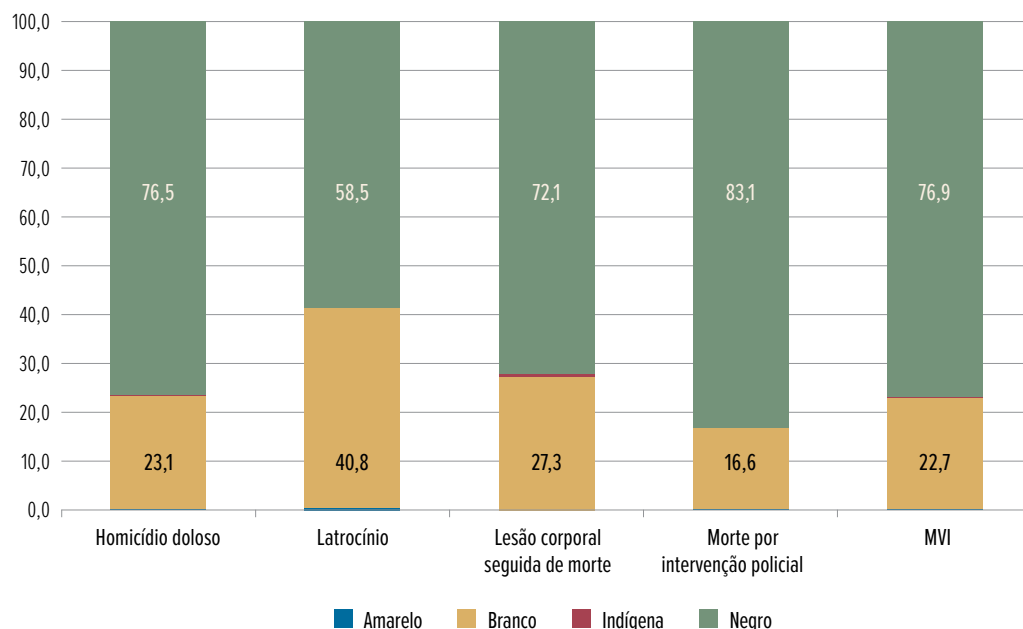
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação ao perfil étnico-racial das vítimas, 76,5% dos mortos eram negros, reafirmando dados já apresentados neste Anuário e/ou no Atlas da Violência. Negros são o principal grupo vitimado pela violência independente da ocorrência registrada, mas chegam a 83,1% das vítimas de intervenções policiais.

Em relação ao perfil étnico-racial das vítimas, 76,5% dos mortos eram negros, reafirmando dados já apresentados neste Anuário e/ou no Atlas da Violência. Negros são o principal grupo vitimado pela violência independente da ocorrência registrada, mas chegam a 83,1% das vítimas de intervenções policiais. Mesmo entre os latrocínios, que são os roubos seguidos de morte, a vitimização de pessoas negras é maior do que a participação proporcional delas na composição demográfica da população brasileira. Se esse é um dado já conhecido, chama atenção que não exista um debate mais amplo sobre suas origens, causas e possibilidades de redução. É um debate que ainda é tabu e interdito entre os tomadores de decisão nas organizações de segurança pública.

GRÁFICO 06

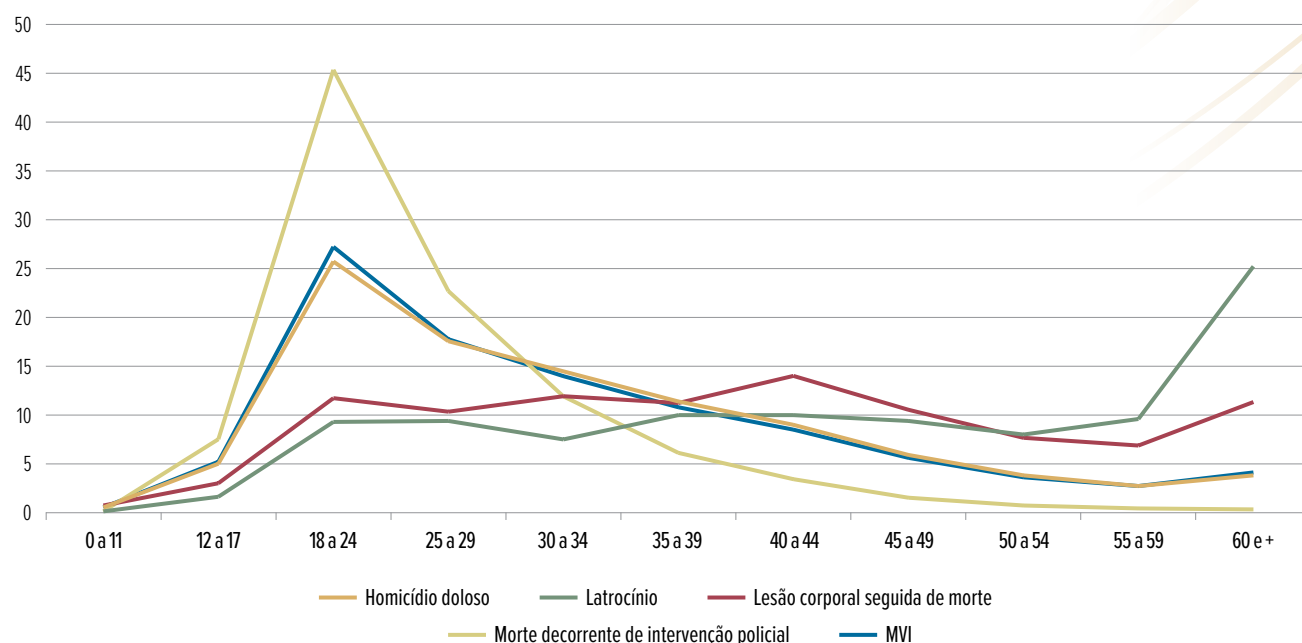
Distribuição das MVI por Cor/Raça e Categoria de Registro



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Outro dado que não oscila em relação às séries descritas em edições anteriores do Anuário, mas cuja dinâmica é importante de se destacar é aquele que constata que 50,3% das vítimas de MVI eram adolescentes e jovens com idade entre 12 e 29 anos. Dentre os mortos em intervenções policiais, esse grupo etário concentra 75% das mortes. Já os roubos seguidos de morte atingem um público mais velho, ¼ tem mais de 60 anos e 46,9% tinham entre 35 e 59 anos quando foram mortos. Os números são condizentes com aqueles já analisados em edições anteriores do Anuário e pela literatura da área. E, como já bastante destacado, esse padrão acaba por afetar a dinâmica demográfica da população brasileira e pode, até mesmo, ser assumido como uma das variáveis que ajudam a explicar o fato de o Censo 2022, do IBGE, ter registrado uma população menor do que a projetada pelas estimativas calculadas pelo próprio Instituto.

GRÁFICO 07
Distribuição das MVI por Faixa Etária e Categoria de Registro

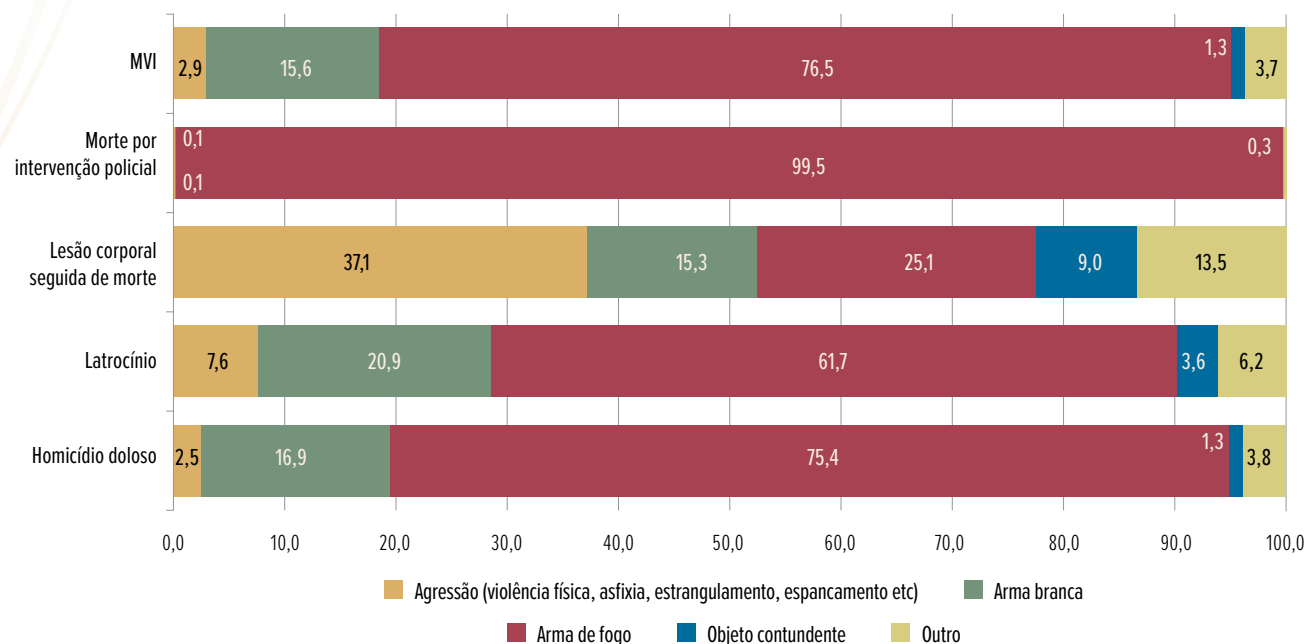


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação ao instrumento empregado, as armas de fogo seguem sendo o principal instrumento utilizado para matar no Brasil. 76,5% dos casos foram praticados com uso de arma de fogo. Aqui, porém, para além das armas de fogo, nota-se que a violência atinge níveis extremos quando, pela própria dinâmica do tipo penal, 37,1% das mortes derivadas de Lesões Corporais foram provocadas por agressões, enforcamentos, sufocamentos e similares. Em 15,3% das Lesões Seguidas de Morte, o instrumento utilizado foram armas brancas, como facas. Dito de outra forma, a arma de fogo é o principal vetor das Mortes Violentas Intencionais, mas a questão da violência letal não se encerra apenas na necessária e urgente retomada de políticas responsáveis de controle e rastreamento de armas de fogo.

GRÁFICO 08

Distribuição das MVI por Tipo de Instrumento Utilizado e Categoria de Registro



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por fim, quando são analisados os locais em que as MVI ocorreram, os dados são robustos em indicar as diferenças de padrão e características entre os diferentes tipos penais que compõem essa categoria agregadora de registros. Na média, 52,3% das MVI foram cometidas em vias públicas, seguidos das ocorrências cometidas nas residências das vítimas (22,6%). A ideia de que a casa é o reduto seguro das pessoas não pode, infelizmente, ser confirmada pelos dados de MVI no Brasil. A violência é uma experiência possível de ser vivida em qualquer local. Seja como for, em termos desagregados, observa-se a aderência dos registros aos modelos de prevenção e enfrentamento do crime e da insegurança que têm sido colocados em prática no país.

No caso específico das Morte Decorrentes de Intervenção Policial, 68,1% dos registros informaram que elas ocorreram em vias públicas. Tais ocorrências estão, ao que tudo indica, associadas tanto aos modelos e padrões de policiamento adotados sobretudo pelas Polícias Militares estaduais, que são as responsáveis pelo policiamento ostensivo previsto no Artigo 144 da Constituição Federal, quanto à dinâmica da criminalidade passível de ser percebida nas ruas. Ainda em relação às MDIP, um segundo dado ganha relevo: 15,8% dos registros de mortes decorrentes de intervenção policial ocorreram nas residências das vítimas, fato que pode, por um lado, estar ligado à resposta das Polícias ao recrudescimento da violência doméstica. Porém, por outro lado, tal percentual também poderia ensejar estudos sobre critérios e procedimentos adotados pelas Polícias para entrada em domicílios, que passam pela definição objetiva da fundada suspeita e pela flagrância delituosa.

QUADRO 02

Distribuição da Mortes Violentas Intencionais por Local de Ocorrência do Fato e Tipo Penal

Local de Ocorrência	Homicídio doloso	Latrocínio	Lesão corporal seguida de morte	Morte por intervenção policial	Total das MVI
Outros	14,0	12,2	13,0	6,5	13,0
Estabelecimento comercial/financeiro	6,1	9,0	5,7	2,1	5,7
Hospital	1,7	1,6	31,5	3,4	2,3
Área rural	3,0	4,6	0,8	1,9	2,8
Sítio e fazendas	1,1	1,8	0,0	2,1	1,3
Residência	23,5	28,2	16,6	15,8	22,6
Via pública	50,6	42,6	32,3	68,1	52,3

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

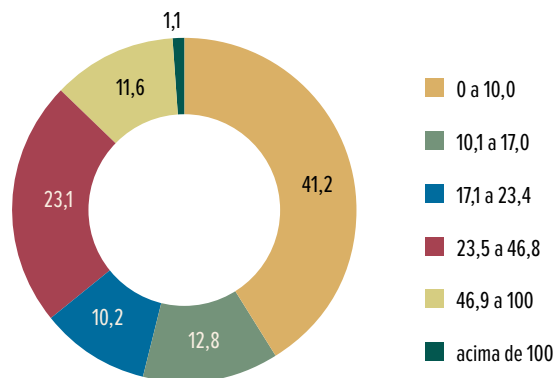
METAS DE REDUÇÃO DE MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

Em 2021, o Ministério da Justiça e Segurança Pública revisou o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social lançado em 2018 após a aprovação da lei que criou o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP. Nesta revisão, o MJSP estabeleceu uma série de metas de redução de homicídios dolosos (incluindo sem maiores distinções os feminicídios, as mortes decorrentes de intervenção policial e as mortes de policiais), de lesões corporais seguidas de morte e de latrocínios. O Ministério definiu que até 2030, fim do prazo de vigência do atual Plano Nacional, a meta de redução desses crimes somados deveria alcançar a taxa de 17 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. O gráfico 9, mostra, no entanto, que a meta já foi alcançada em 54,0% dos 5.570 municípios brasileiros. Dessa forma, o que fica patente é que o problema pode ser enfrentado de forma ainda mais efetiva se ações focalizadas forem pensadas e não se diluírem anúncios ou medidas genéricas.

O gráfico 9 revela ainda que em 35,8% dos municípios brasileiros as taxas de MVI são ao menos o dobro da média nacional, sendo 23,1% deles com taxas superiores à média nacional de 23,4 e menores do que o dobro dessa média (46,8%). Já 11,6% dos municípios brasileiros possuem taxas no intervalo entre o dobro da média nacional (46,8%) e 100 MVI para cada grupo de 100 mil habitantes; e, por fim, 1,1% dos municípios brasileiros têm taxas de MVI superiores a 100 mortes por 100 mil habitantes. É preciso que ações urgentes sejam priorizadas nesses municípios mais violentos, incluindo os pequenos e localizados na Amazônia.

GRÁFICO 09

Distribuição dos 5.570 Municípios Brasileiros, segundo Faixas das Taxas de MVI 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A análise dos dados de Mortes Violentas Intencionais ocorridas em 2022, ora divulgados pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pode ser finalizada, de modo bastante sintético, na constatação que os fenômenos mais estruturais que marcam a área foram submetidos a níveis de opacidade maior. Estamos em uma fase em que variáveis de contexto aliam-se às já deficitárias condições de qualidade e transparência dos dados para compor um cenário desafiador para o monitoramento da segurança pública e da violência letal. Em outras palavras, mensurar a violência letal e estabelecer cruzamentos com outras variáveis socioeconômicas e demográficas é técnica básica de análise criminal. Porém, este ano, produzir tais comparações e análises foi muito complicado.

Em primeiro lugar, é notável que o Brasil ainda não tenha dados divulgados pelo Escritório das Nações Unidas para Crimes e Drogas (UNODC) para os anos de 2022 e 2021 em seu DataUNODC⁸. Enquanto várias outras nações já publicaram seus dados, o país consta como sem informações no site do órgão da ONU dedicado às estatísticas criminais no mundo. Ou seja, para esta edição do Anuário, não podemos saber qual a quantidade e/ou a proporção que os homicídios cometidos no Brasil representam em relação ao total de mortes violentas no mundo. É provável que, se repetirmos as tendências da última década, tenhamos sido o país com o maior número de homicídios do planeta e ficado entre as 10 nações com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes. E essa lacuna de informações não é derivada da falta de dados, uma vez que tanto o Anuário quanto os sistemas oficiais da área da Saúde e da Justiça já divulgaram dados de 2021.

⁸ Disponível em <https://dataunodc.un.org/dp-intentional-homicide-victims>

Em segundo e talvez mais crítico lugar, outro fator que torna mais complexa a análise dos dados é o impacto dos dados do novo Censo do IBGE, referente a 2022 e divulgados recentemente. O Censo 2022 constatou que a população brasileira cresceu menos do que estimado anteriormente e impôs uma revisão de todas as taxas utilizadas no período entre os Censos de 2010 e 2022. Isso porque, de forma bastante simplificada, as projeções populacionais são, a rigor, hipóteses demográficas que vão sendo confirmadas e validadas com os censos nacionais. Elas são construídas com base em um conjunto de variáveis que envolve expectativa de vida, mortalidade, fecundidade, migração, entre outras. E como o mundo presenciou, entre outros fenômenos, uma epidemia de escala global entre 2020 e 2022, as hipóteses utilizadas nas projeções que geraram as estimativas populacionais mostraram-se distorcidas e, em várias situações, provocaram situações em que a taxa de MVI calculada para 2022 fosse maior do que aquela observada para os anos entre 2011 e 2021, mesmo quando o número absoluto de mortes tenha sido menor (isso ocorre quando a população de uma cidade, estado ou país é, segundo o Censo 2022, menor do que a utilizada nos cálculos anteriores).

Para ajustar tais estimativas, o IBGE ainda está realizando estudos e pesquisas e deve recalculá-las no médio prazo. Como não há prazo para a conclusão dessa revisão, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública viu-se obrigado, para que leituras equivocadas fossem feitas, a não produzir análises mais sensíveis com base nas taxas por 100 habitantes, que é a convenção mais adequada para comparar universos/idades de análises de tamanhos muito diferentes entre si, para a série histórica toda de seus dados. A decisão foi por recalculá-las apenas a estimativa populacional de 2021, de modo a torná-la compatível e comparável aos dados do Censo 2022. Para tanto, a população de 2021 utilizada para o cálculo da taxa foi recalculada considerando os dados publicados no Censo 2022 e 2010 pelo método de interpolação linear, sendo diferente daquela divulgada pelo IBGE para o mencionado ano. Essa decisão não é apenas técnica e reforça a confiança que o FBSP deposita no IBGE, um dos órgãos nacionais de estatísticas públicas mais renomados do mundo. Ela opta pela cautela e pelo uso apenas da taxa ajustada de 2021. No próximo ano, toda a série deve ser republicada a partir dos ajustes realizados pelo Instituto. De qualquer modo, é digno de reconhecimento que as análises sobre as tendências das MVI sofrem com essa limitação temporária e não são capazes de serem aprofundadas a contento.

Por fim, uma terceira razão para o reforço da opacidade na análise das Mortes Violentas Intencionais é que, na medida em que o Ministério da Justiça e Segurança Pública está produzindo a “Pesquisa Diagnóstica - Fluxos de coletas de dados estaduais de Segurança Pública” e, por esta razão, o FBSP não atualizou o seu estudo sobre qualidade da informação em 2023 – estudo realizado a cada dois anos para permitir análises mais acuradas sobre a

Outro fator que torna mais complexa a análise dos dados é o impacto dos dados do novo Censo do IBGE, referente a 2022 e divulgados recentemente. O Censo 2022 constatou que a população brasileira cresceu menos do que estimado anteriormente e impôs uma revisão de todas as taxas utilizadas no período entre os Censos de 2010 e 2022.

forma como cada Unidade da Federação coleta, tabula e sistematiza dados de ocorrências policiais. A avaliação foi que atualizar o estudo do FBSP poderia gerar sobreposição de trabalhos e sobrecarregar os gestores estaduais de estatísticas. Seja como for, o fato é que as análises feitas neste texto tiveram que administrar todas as limitações e lacunas mencionadas. Mesmo assim, por ora, foi possível constatar várias permanências e alguns pontos de alertas sobre as configurações das mortes violentas intencionais no Brasil.



Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023

**Incertezas na medição da
evolução das Mortes Violentas
Intencionais no Brasil:
desafios metodológicos e
dilemas de políticas públicas**



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA